

## Entidades performáticas e desestabilização: o desenvolvimento local para além do *mainstream*

Performing entities and destabilization: local development beyond mainstream

*Performatif entité et déstabilisation: le développement local au-delà de mainstream*

*Entidades performativas y desestabilización: el desarrollo local más allá del mainstream*

Gustavo Meyer\*

(meyer\_gustavo@yahoo.com.br)

Flávia Charão Marques\*\*

(flavia.marques@ufrgs.br)

Gabriel Túlio de Oliveira Barbosa\*\*\*

(gabriel.toliveirab@gmail.com)

Recebido em 07/05/2015, revisado e aprovado em 18/09/2015; aceito em 24/11/2015

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/1518-70122016104>

**Resumo:** A partir da identificação de um contexto particular na porção noroeste de Minas Gerais, caracterizado por relativa efervescência artístico-cultural, buscamos, neste artigo, analisar os usos estratégicos do patrimônio cultural imaterial. Inscrevem-se nessas estratégias o apelo performático à literatura e a adesão persuasiva ao discurso da economia criativa. A observação sugere reflexão acerca da autoria e da autenticidade das ações locais.

**Palavras-chave:** Literatura. Economia criativa. Contra-tendência.

**Abstract:** After identifying a particular context in the northwestern portion of Minas Gerais, State in Brazil characterized by relative artistic-cultural effervescence, we seek with this article to analyze the strategic uses of intangible cultural heritage. The performative appeal to the literature and the persuasive adherence to creative economy's discourse take part on these strategies. Our observation suggests some reflections on the authorship and authenticity of local actions.

**Key words:** Literature. Creative Economy. Countertendency.

**Résumé:** A partir de l'identification d'un contexte spécifique dans la région nord-ouest de Minas Gerais, qui se caractérise par une effervescence artistique-culturelle relativement importante, nous cherchons, dans cet article, à analyser les utilisations stratégiques du patrimoine culturel immatériel. Le recours performatif à la littérature et l'adhésion au discours de l'économie créative en vue de convaincre comptent parmi ces stratégies. L'observation invite à une réflexion sur la responsabilité et l'authenticité d'actions locales.

**Mots-clés:** Littérature. Économie Créative. Contre-tendance.

**Resumen:** Desde la identificación de un contexto particular en el noroeste del Minas Gerais en Brasil, que se caracteriza por la relativa efervescencia artístico-cultural, buscamos, en este artículo, el análisis de los usos estratégicos del patrimonio cultural inmaterial. Se inscriben en estas estrategias la apelación performativa a la literatura y la adhesión persuasiva al discurso de la economía creativa. La observación sugiere una reflexión sobre la autoría y autenticidad de acciones locales.

**Palabras clave:** Literatura. Economía Creativa. Contra-tendencia.

## INTRODUÇÃO

Este artigo surgiu a partir da problematização das estratégias e perspectivas de desenvolvimento rural no Brasil associadas à valorização de elementos do campo artístico-cultural, tal qual o patrimônio cultural. Para além dos relativismos que acompanham

quaisquer estratégias de desenvolvimento, foram buscados, no campo empírico, processos e contextos que pudessem pautar essa discussão. Identificamos, assim, um contexto “geográfico” particular, caracterizado pela presença de dois municípios (19.000 e 12.000 habitantes) que abrigavam Pontos de Cultura e Sistemas Municipais de Patrimônio

\* Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Unaí, Minas Gerais, Brasil.

\*\* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

\*\*\* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

<sup>1</sup> Os Pontos de Cultura, *grosso modo*, correspondem a projetos artístico-culturais propostos por organizações locais diversas (em geral ONGs e prefeituras), a partir de editais públicos federais e estaduais. Em geral esses projetos têm duração de três anos e valor orçamentário total de R\$ 180.000,00 (MINC, s.d.).

Cultural<sup>2</sup>, pela operação de uma rede de organizações locais vinculadas ao artesanato e pela ocorrência anual de dois encontros de cultura popular, ambos com nomes que consagram o escritor João Guimarães Rosa (1908-1967).

Partimos de uma perspectiva construcionista e interacionista, orientada aos atores (LONG, 2007), que considera a existência de múltiplas realidades. Múltiplas porque não haveria uma realidade determinada, mas várias, ativamente construídas por atores sociais segundo trajetórias, estratégias e interesses particulares. Nessa perspectiva, lutas simbólicas são estabelecidas para pautar determinadas noções locais, como o turismo e o patrimônio cultural (e seus rumos políticos e práticos) em um complexo processo de significação.

Recorremos também, como recurso analítico, à noção de paisagem literária, segundo a qual a paisagem é entendida como um território ficcional que se mostra como representação do local. Este mostrar-se, no caso, apenas se torna realizável dada a grande habilidade descritiva demonstrada por Guimarães Rosa<sup>3</sup>. No sentido político, a paisagem literária, ativada por atores locais, teria o poder de projetar imagens a partir das quais uma série de ações e políticas regionais seria embrionada. A paisagem literária fundada por Guimarães, então, assumiria o papel de *bildungsroman*<sup>4</sup>, ou seja, uma obra literária na qual são expostos os processos de desenvolvimento físico, moral, psicológico, estético, social e/ou político do sertão.

No espaço ficcional de Rosa, nos paramos a todo o momento com encontros

ambíguos que aproximam o arcaico e o moderno, o rural e o urbano, e o sertão e a cidade. Décadas depois das primeiras publicações dos livros do escritor, continuamos a nos perguntar sobre o Cerrado e sua gente; sobre o dualismo simbólico deste ambiente: o árido e o úmido, o pobre e o farto, o “sertão” e as “veredas”; e também sobre a força da cidade que impulsiona o sertão a migrar cada vez para mais distante dos olhos da civilização, mas que, em contrapartida, continua sempre “dentro da gente”.

O enigma do sertão, de sua gente e de um modo de vida específico condicionado à dualidade ecológica do rude *grande sertão* e o mundo “belimbeleza” das *veredas*, despertaram o fazer artístico de Rosa, que, por sua vez, soube dar aos seus personagens e ao cenário um valor mágico e transcendente à realidade regional. Buscaremos compreender, neste artigo, as formas como a literatura do escritor é incorporada estrategicamente pelos atores locais, no intuito de se contraporem e resistirem frente aos processos mais gerais e hegemônicos de desenvolvimento, típicos do mundo moderno. Mobilizadas como referências catalisadoras para ações e projetos locais, a literatura e a própria categoria do “sertanejo” assumem o potencial estratégico e criativo na busca por novas veredas narrativas, para além do desenvolvimento *mainstream* supralocal.

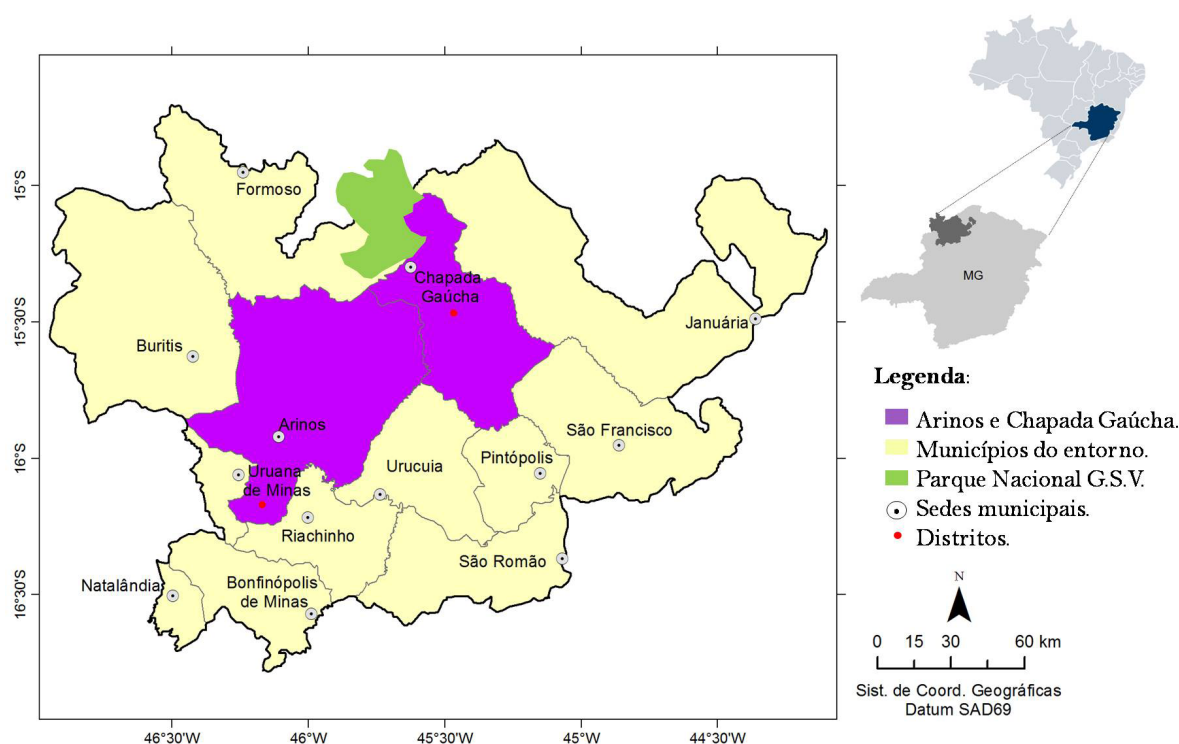
Em termos metodológicos, a reflexão aqui apresentada foi feita a partir dos registros: de observações participantes em eventos artístico-culturais locais; de histórias de vida de agentes culturais; de conversas informais e observações simples; de entrevistas junto a informantes-chaves; e de investigação documental. Tais registros foram retirados de uma pesquisa de seis meses de duração, na qual recorremos ao método etnográfico, realizada nos municípios de Arinos e Chapada Gaúcha, situados na porção noroeste do Estado de Minas Gerais (Figura 1). Buscamos identificar os principais corpos discursivos<sup>5</sup> relacionados ao campo artístico-cultural nesses municípios, assim como entender a interação entre domínios discursivos e de representação.

<sup>2</sup> Em Minas Gerais, a implantação do Sistema Municipal de Patrimônio Cultural se torna possível quando um determinado município institui: uma Secretaria Municipal de Cultura, independente; um Fundo Municipal de Patrimônio Cultural; um Conselho Municipal de Cultura e; um Plano Municipal de Patrimônio Cultural. O cumprimento desses requisitos, entre outros, possibilita que a prefeitura receba recursos (advindos do mecanismo de ICMS Cultural do Estado) para investir em temas relacionados ao patrimônio cultural.

<sup>3</sup> A paisagem, como produto cultural/hereditário e reflexo subjetivo da experiência, ao se metamorfosear em “paisagem literária”, ganha novas formas mediadas por um renovado conjunto semiótico/artístico (MULINACCI, 2009). No caso da obra de Guimarães Rosa, o sertão e o Cerrado transcendem seus destinos de moldura narrativa, para se conformarem em personagens co-protagonistas da narração.

<sup>4</sup> Termo emprestado de Alto (2013).

<sup>5</sup> Todos os nomes citados são fictícios, com exceção dos relacionados a organizações/instituições.



**Figura 1** – Municípios de Arinos e Chapada Gaúcha (local da pesquisa) entre outros em seu entorno, Minas Gerais.

**Fonte:** elaborada por Rossano Marchetti Ramos a partir da Base Cartográfica do IBGE, 2015; editada pelos autores para conter os distritos de Sagarana (Arinos) e da Serra das Araras (Chapada Gaúcha.) e o Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

## TERRAS DE GUIMARÃES

Os municípios de Arinos e Chapada Gaúcha podem ser vistos como estando circunscritos dentro de um mesmo território, considerando que compartilham características de um processo sócio-histórico particular. Até meados da década de 1970, a vida social ali era organizada predominantemente ao redor das fazendas. Figuravam os “grandes” fazendeiros, denominados proprietários de terras, que abrigavam sob sua tutela uma diversidade de famílias de agricultores/peões. Embora as formas de vinculação entre agricultores e fazendeiros fossem múltiplas, de um modo geral estes últimos cediam terras aos primeiros que nelas se fixavam e desenvolviam a agricultura (principalmente milho e feijão). Parte significativa dessa produção era cedida ao proprietário das terras, em um esquema que alimentava relações assimétricas de reciprocidade, fundadas na patronagem, no coronelismo e no clientelismo. De certo modo, esse foi o contexto social que com-

pôs o pano de fundo da obra de Guimarães Rosa, entre outros escritores que retrataram a região, tal como Afonso Arinos (1868-1916).

A partir de meados da década de 1970, mas mais expressivamente após os anos oitenta, ocorreram ali processos migratórios múltiplos, que culminaram em um significativo êxodo às sedes municipais locais, além de, evidentemente, às grandes capitais, principalmente Brasília e São Paulo. Se por um lado as roças<sup>6</sup> eram tidas como os principais espaços de vida e de sociabilidade, as sedes municipais, por outro, passaram a abrigar expressivos contingentes populacionais em números até então não experimentados. As razões para esse deslocamento foram diversas, no entanto as políticas voltadas à ampliação das fronteiras agrícolas, os amplos estímulos à urbanização (SICSÚ; CASTELAR,

<sup>6</sup> “Roças” correspondem a uma categoria local que lembra “zonal rural”, distante da sede municipal. Em geral elas remetem também a sítios/lotês específicos onde se mantém atividades agropecuárias de cunho familiar.

2009) e a chegada de migrantes de outras regiões do país em busca de terras mecanizáveis constituíram fatores cruciais. O advento das novas lavouras, agora desempenhadas em larga escala, a derrubada massiva do cerrado, o aparecimento de novas pragas na agricultura, a alteração do regime de chuvas e o aumento da temperatura (INMET, 2013), concomitantemente, parecem ter sido decisivos para a radicalização do processo migratório, assim como para a mudança na organização da vida social local.

Duas expressões utilizadas pelo geógrafo Carlos Walter Porto (2000) são essenciais para analisar esse grande contexto de mudança na organização socioespacial, observada nesse período no norte mineiro. A primeira é a “*modernização conservadora à la Norte de Minas*”, onde os latifúndios considerados improdutivos deveriam se modernizar e se transformar em Empresas Rurais. Assim, os incentivos governamentais sob a forma de isenção fiscal ou de concessão de terras públicas, ‘os Gerais’, foram colocados à disposição de empresários, tornando-se terras particulares, através de contratos de concessões para a consolidação de monoproduções.

A segunda expressão de Porto se insere em desdobramentos da lógica que privatizou os Gerais, através de uma “*mudança radical da matriz de racionalidade*”. As matrizes de racionalidade da população sertaneja que garantiam o autoabastecimento da região e dos tropeiros passa a se pautar pela imposição da monoprodução, condicionada pelo apoio técnico e financiamento bancário aos novos empresários. A matriz de racionalidade que, anteriormente, produzia riqueza, através de um modo de vida que transformava a natureza local/regional em cultura, é substituída por uma racionalidade preocupada com a expressão monetária da riqueza, o dinheiro (PORTO, 2000, p. 27).

Sob a influência de uma *nova matriz de racionalidade*, segundo as novas lógicas impostas pela *modernização conservadora*, o poder de determinar o destino da região transforma profundamente o envolvimento das populações com o seu meio ambiente, em nome de um *des-envolvimento*.

Há uma determinação superior, de um Brasil-Grande, que vai levar/ trazer o desenvolvimento o que,

rigorosamente falando, significa *des-envolvimento*. O Norte de Minas tinha um *envolvimento* próprio, com contradições próprias e, enquanto uma região, conformava uma relativa autonomia quanto à sua dinâmica de usos dos recursos naturais, o que ensejou culturas próprias, *matrizes de racionalidade* diferenciadas e corporificadas no Caatingueiro, no Geraizeiro, no Vazanteiro [...]

O processo que vem se dando, sobretudo a partir da década de 70 é, neste sentido, a *quebra* deste *envolvimento*, o *des-envolvimento*, o que significa que a autonomia ficou cada vez mais relativa, cada vez menor a capacidade/ possibilidade de determinar seus destinos. Nesse sentido *des-envolver* foi, também, *des-localar*, ou seja, *tirar dos locais, dos do local, o poder*. (PORTO, 2000, p. 28-29, *grifos do autor*).

Ainda segundo o autor, o sertanejo, nesse contexto, tende a ficar fora do mapa do sertão, compondo apenas marginalmente a paisagem, deixando de imprimir suas marcas, suas grafias e deixando de fazer suas geografias. Por um lado, é inventado o desemprego, fruto da desestruturação do sistema agrário que envolvia os produtores familiares, e, por outro, surgem mudanças ambientais regionais, desencadeadas pela mudança do sistema de uso da terra.

Dada essa movimentação, uma série de expressões artístico-culturais oriundas da zona rural também passou a ser acessada a partir da sede municipal como referência de residência e do deslocamento espacial e social como referência de vida. O signo identitário mais marcante nessa dinâmica foi, e continua sendo, as Folias de Reis. No entanto figuram ainda uma diversidade de danças, tidas como tradicionais, e o artesanato, cuja produção foi recentemente organizada em uma rede que congrega um conjunto de organizações locais (envolvendo fiandeiras, bordadeiras e tecelãs) e nacionais. Em um plano mais amplo, os movimentadores dessas expressões compartilham um repertório cultural reconhecido como “tipicamente” mineiro, do Norte de Minas Gerais. Porém, identifica-se ali, simultaneamente, uma construção política orientada a inserir a categoria “sertanejo” como signo de autorreconhecimento. Assim, seria o sertanejo (de Guimarães, e não o mineiro), que estaria



à mercê da convivência com o cerrado, do relativo isolamento geográfico e dos períodos prolongados de seca que ali imperam.

Se a região é hoje considerada como sendo portadora de grande potencial para o turismo, tal potencial é, em grande medida, atribuído à obra de Guimarães Rosa. Esta confere grande visibilidade a um enredo, uma paisagem e uma cultura particular do sertão, de modo a mover esforços e ações de uma rede de organizações locais segundo a associação entre literatura e turismo. A criação do Parque Nacional do Grande Sertão Veredas, em 1989, e a instituição do Mosaico Grande Sertão Veredas-Peruaçu dez anos mais tarde (integrando 12 unidades de conservação) são signos representativos desse quadro. No entanto a afiliação à paisagem literária produziu uma trama mais complexa, envolvendo interesses conservacionistas, econômicos, artístico-culturais e políticos. Nesse contexto geral, foram desdobradas verdadeiras ondas temáticas de desenvolvimento, assentadas em discursos múltiplos, tais quais o do desenvolvimento territorial/regional, o da economia criativa, o do patrimônio cultural e o do turismo.

### A LITERATURA COMO “ENTIDADE” PERFORMÁTICA

Não seria demais dizer que alguns grupos sociais de Arinos e de Chapada Gaúcha elevam a literatura ao *status* de paisagem literária. Isto porque ela vem sendo frequentemente proposta como uma espécie de marco analítico. Nesse sentido, é possível estabelecer uma analogia entre literatura e ciências econômicas. Se hoje os mercados são vistos funcionando segundo determinados padrões ou características, isto em parte é devido à atuação de profissionais dessas ciências (acadêmicos em última instância) que passaram a compor a realidade a partir das teorias econômicas. Wilkinson (2008), entre outros autores, nomeia tal mecanismo de “*caráter performático da ciência*”. Então, a obra literária ascende à paisagem literária quando a primeira é posta como balizadora da realidade ou, até, proposta como mecanismo cognitivo.

O “lugar”, como categoria geográfica, pode ser compreendido nesse contexto como “*sede de resistência da sociedade civil*”

(SANTOS, 2005, p. 142), frente aos processos mais gerais de constituição da economia, da globalização e das tentativas de homogeneização à produção do espaço. No noroeste de Minas e em parte da região do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, existe a tentativa de efetivar proposições criativas para se revigorar o espaço vivido por sua população, por meio, por exemplo, de conselhos dialógicos formados entre as unidades de conservação, cooperativas extrativistas, institutos culturais e ambientais, dentre outras frentes. A mobilização social e a participação coletiva da sociedade são pontos-chave para atender seus próprios interesses e difundir a ideia de resistência às novas racionalidades, tanto do ponto de vista cultural como ambiental.

É ainda difícil inferir até que ponto algumas ações e políticas públicas locais foram desenhadas segundo uma paisagem literária, no sentido mesmo de suas efetividades no plano prático. Por outro lado, o caráter performático mostra-se principalmente quando um conjunto de atores escolhe a literatura como narrativa, para poder atuar em perspectivas de intervenção e de mudança social, ou seja, engajando-se em um projeto de desenvolvimento. A linguagem escolhida para dar cabo a esse projeto, por um lado, abre espaço ao lúdico e, por outro, permite atenuar a monotonia que está na matriz dos discursos de desenvolvimento. Em outras palavras, assume-se aqui a existência de uma sociedade reflexiva que, por acionar rotineira e repetidamente a linguagem *mainstream* do desenvolvimento, torna seu discurso adjacente uma convenção para alguns grupos. Nesse sentido, a narrativa literária escolhida pode ser vista como um ente desestabilizador “local” e criativo dessa convenção.

A referência literária de Guimarães Rosa catalisa um rol de possibilidades, inclusive como justificativas mais concretas para criação de unidades de conservação ou para viabilização de projetos e eventos diversos. Além do Parque Nacional *Grande Sertão Veredas*, em Chapada Gaúcha, e da Estação Ecológica *Sagarana*, em Arinos, o “Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas” e o “Festival Sagarana: Feito Rosa para o Sertão”<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Este festival está em sua sexta edição. Trata-se de um evento criado pelo CRESERTÃO (Centro de Tecnologias

(doravante nomeados apenas como Encontro e Festival) correspondem aos principais espaços onde hoje é dada vazão à narrativa literária na região. Trata-se de eventos cuja concretização anual exige graus complexos de organização e de planejamento, por sua vez obtidos recorrendo-se a intensos processos de articulação política e mobilização social. Esses eventos, em si, são apenas marcos de um ciclo corrente, distribuído ao longo de todo o ano, que envolve a organização de reuniões frequentes (preparatórias para os eventos), o estabelecimento de alianças com entes supralocais, a demarcação de disputas entre grupos e o acionamento de valores identitários partindo-se de referências literárias.

Nesses eventos, opera-se irrestritamente a categoria “sertanejo”, que é acionada dando a entender uma suposta categoria nativa. Contraditoriamente, os ditos sertanejos parecem não reconhecê-la ao se identificarem predominantemente como mineiros, do Norte ou Noroeste de Minas Gerais. O uso da categoria, no entanto, aparece com frequência ligada à obra de Guimarães Rosa, além do que é acionada, principalmente, nos espaços do Festival e do Encontro, ou, por seus porta-vozes, em atos de interlocução da narrativa literária. Com isso, ressalta-se o caráter basilar do termo “sertão” ali popularizado ativamente a partir de Guimarães.

Sagarana é uma espécie de laboratório do futuro [...] O processo de cidadania [daqui] funciona, a população de Sagarana, os políticos se reúnem e discutem as questões que são próprias daqui e da comunidade [...] E tem essa tradição também, essa, essa relação com Guimarães Rosa, que pegou a alma desse sertão e deixou um legado extraordinário [...] Nós tamos chamando Estado Virtual do Cerrado, onde nós queremos passar para, integrar os diversos Estados que têm, predominantemente o Bioma Cerrado, e aí, integrando políticas públicas e também as expe-

riências pro desenvolvimento sustentável, na economia, socialmente, na cultura, na questão ambiental [...] (falas integradas, referenciando o “VI Festival Sagarana: Feito Rosa para o Sertão”; CRESERTÃO, 2013).

Nas falas acima, Guimarães Rosa é o elo fundador do “Estado Virtual do Cerrado”. Nesse Estado, o sertanejo seria a unidade cidadã, em uma relação de mútuo amparo entre “paisagem literária”, “Estado” e “sertão”. Ressalta-se que, aqui, “cerrado” aparece como significante de “sertão”, e não o contrário. A mensagem que é emanada por estas falas, no entanto, apenas integra um quadro pintado com as cores da narrativa escolhida.

De modo geral, a operação dessa narrativa pode ser elucidada da seguinte forma: se o nome de Riobaldo<sup>8</sup> origina-se da palavra rio, e se sua vida é marcada por rios, dentre eles o Urucuia, cujas águas são tão verdes quanto os olhos de seu amado Diadorim, então, acabar com o Urucuia seria o mesmo que cegar Diadorim, que rasgar o coração de Riobaldo, que velar Guimarães e o sertão, ou o cerrado que o inspirou. Se a passagem de Riobaldo pelo sertão é um caminho, infinito e carregado de simbolismo, o desenvolvimento (seja ele sustentável, regional, territorial, espiritual, econômico, enfim...) seria esse caminho.

A paisagem literária passa a ser um marco analítico da realidade, orientador de ações de turismo, de conservação ambiental, de propagação de tecnologias sociais. É apresentada também como substrato de uma narrativa de desenvolvimento. Ora, o problema, então, não é que a empresa Shell esteja chegando ao município de Arinos e projetando impactos ambientais severos relacionados à extração de gás, ou que as PCHs (Pequenas Centrais Hidroelétricas) estejam ameaçando o regime hídrico do Rio Carinhonha, tampouco que o cerrado esteja dando lugar às grandes lavouras. Importa mais, discursivamente falando, “*como pensar o sertão sem o Liso do Sussuarão*” (Lauro

Sociais do Sertão, localizado no distrito de Sagarana, município de Arinos) visando a estabelecer uma conexão com o Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas. Este último encontra-se na décima segunda edição e foi criado por uma organização ambientalista que “visava estabelecer diálogos” com grupos locais do município de Chapada Gaúcha.

<sup>8</sup> Riobaldo e Diadorim, protagonistas de “Grande Sertão: Veredas” (ROSA, 2001).

<sup>9</sup> O “Liso do Sussuarão” corresponde a um local descrito em “Grande Sertão: Veredas”. Ele é apresentado como sendo praticamente intransponível, de modo a marcar a obra. Há controvérsias sobre onde ele estaria

Linhares, fala pública no VI Festival).

Além dos eventos contextualizados em Chapada Gaúcha e Arinos, outros projetos espalhados por Minas Gerais se dão de forma contínua. Podemos citar diversas iniciativas exercidas em outras localidades, onde o substrato literário de Guimarães Rosa também inspira uma série de desdobramentos identitários no território, como a Semana Roseana no município de Cordisburgo, terra natal do escritor. Sede também dos contadores de estórias do Grupo Miguilim, com crianças que dão vida à literatura roseana e das caminhadas ecoliteárias do Grupo “Caminhos do Sertão”, desenvolvidas em torno da cidade, estimulando a população a “dar corpo ao suceder” pelo cerrado, aproximando-os da obra de Rosa e valorizando simbolicamente a paisagem natural e cultural da região. Podemos mencionar também a Casa de Cultura do Sertão e a Semana de Arte e Cultura, em Morro da Garça, o Memorial do Manuelzão e a Festa do Manuelzão, em Andrequicé.

Considerando o campo das ações turísticas, pode-se dizer que o Encontro e o Festival no norte e noroeste mineiro correspondem a eventos importantes para a atração de pessoas sem referências de residência na região. Assim, turistas “de fora” são, em grande medida, atraídos por esses dois eventos, por sua vez bastante divulgados nas redes sociais da *internet*. Importante acrescentar que Encontro e o Festival integram um circuito maior de encontros culturais, caracterizado por acionar o “tradicional” enquanto discurso e que poderia ser representado também pelo “Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros” e pelo “Encontro do Bonito de Goiás de Culturas Populares”, entre outros. Mas, no que se refere aos eventos de Arinos e Chapada Gaúcha, a “atração” cristaliza-se, em grande medida, por meio da narrativa literária que se configura como um componente criativo. Criativo porque, por um lado, toma emprestado o *status* da obra de Guimarães

Rosa, criando um dos motes para ocorrência desses eventos e angariando pessoas “de fora” e, por outro, porque acessa o lúdico e a gratuidade (de *shows*, oficinas, alimentações e apresentações culturais). A visibilização do patrimônio cultural imaterial e o intuito de reforço da identidade local, então, ficam engajados nesse processo.

Na Figura 2, estão apresentados dois dos folhetos de divulgação, do Festival e do Encontro. Observa-se, na imagem da esquerda, o *slogan* “das veredas ao mangue: rumo à terceira margem”. Mas o que viria a ser isso e como tal mensagem estaria interseccionada com as estratégias de turismo? Esse entendimento pode ser extraído de falas públicas que introduzem uma das noções de sertão em operação. Entenda-se, nesse sentido, “ser-tão” como sendo a união do verbo “ser” ao advérbio “tamanhamente”. Ser-tão, consequentemente, emana a ideia de envolvimento de algo maior (Figura 3), que serviria como uma metáfora multissignificante. Em termos práticos, de ações turísticas, esse ser-tão compreende fazer acontecer um caminho (Caminho do Sertão) que liga o distrito de Sagarana (Arinos), onde ocorre o Festival, até a sede municipal de Chapada Gaúcha, *locus* do Encontro. Durante o caminho – uma espécie de trilha a ser percorrida durante alguns dias –, sincronizam-se os eventos para viabilizar às pessoas o seguinte itinerário: a) participar no Festival; b) caminhar o Caminho do Sertão, como momento de reflexão e; c) participar no Encontro.

Aqui neste lugar está nascendo um movimento nativista, um movimento de raiz, de conquista sertaneja, são vertentes, é o Caminho do Sertão, de Sagarana ao Grande Sertão Veredas, é literário, é ambiental. A proposta pode parecer uma viagem para alguns, mas a proposta é criar um caminho espiritual do sertão. E isto é uma proposta séria, mesmo que feita com dança, com brincadeira. Este caminho deverá beber nessa matriz cultural, também se baseia na maior obra literária brasileira, que é uma obra universal [...] Vou largar minha deputança pra voltar pro Sertão, quero viver a utopia de Guimarães Rosa, do Riobaldo. Estou motivado a criar no Sertão uma cidade verdadeiramente humana e espiritual. Não

---

geograficamente localizado, contudo a versão mais amplamente aceita posiciona o Liso do Sussuarão no município de Chapada Gaúcha (informação extraída de palestra proferida por Makeli Ka – Território, literatura e música: Intercâmbios culturais – em uma “roda de prosa” realizada no XII Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, Chapada Gaúcha, 11-14 de julho de 2013).



se espantem quando ouvirem essa notícia por aí. (Lauro Linhares, fala pública no VI Festival).

“Das veredas ao mangue”, *slogan* expresso no cartaz do Festival (Figura 2), seria mais uma representação desse ser-tão, representação esta que abre margem para discussão política dos mais variados temas, a partir de uma ótica litero-ambiental, entre outras. Considerando a perspectiva de bacias hidrográficas, não há nada mais abrangente do que sair das veredas e ir ao mangue. Já “rumo à terceira margem”<sup>10</sup>, no mesmo cartaz, emana,

justamente, a ideia de reflexão dessa abrangência, do desconhecido e do incerto. Coincide aqui que tanto o Festival como o Encontro são eventos eminentemente políticos em que são realizadas discussões diversas, incluindo as políticas públicas em curso, culturais, ambientais, territoriais, entre outras. A partir disso e em adição, opera-se um tipo particular de turismo, o turismo político, engajado, que pode ser contraposto ao “turismo convencional regional”, de grande relevância, mas que, por sua vez, acessa intensamente elementos artístico-culturais massificados.

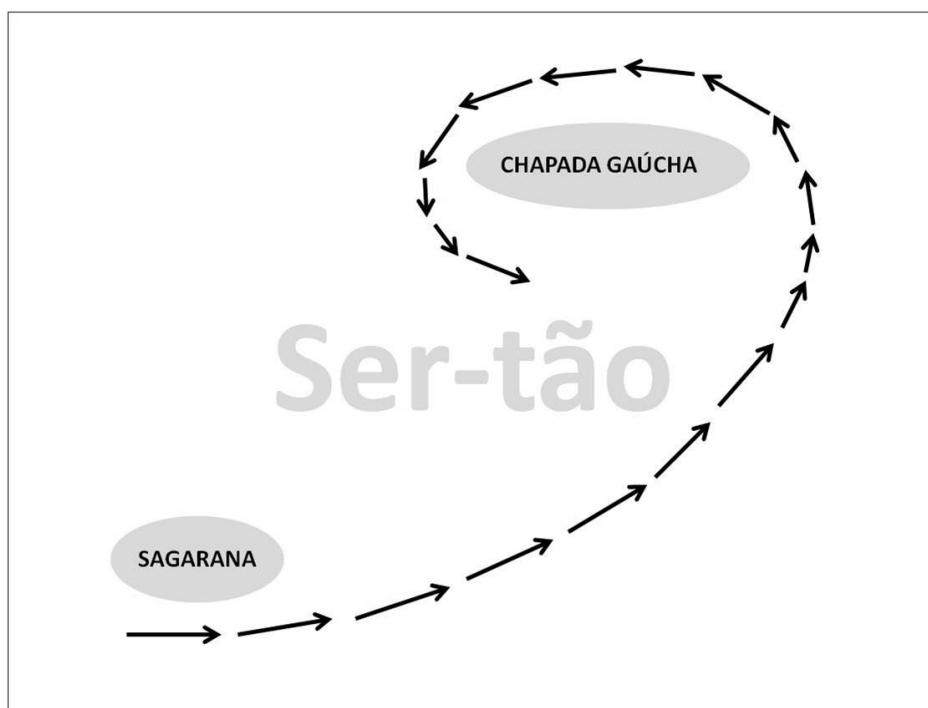


**Figura 2** – Folhetos de divulgação do VI Festival Sagarana (2013) e do VII Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas (2008).

Fonte: Instituto Rosa e Sertão e Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha.

<sup>10</sup> Referência ao conto “A Terceira Margem do Rio”, do livro “Primeiras Estórias” (ROSA, 2008).





**Figura 3** – Caminho do Sertão como representação de “ser-tão”.

Fonte: elaborada pelos autores, a partir de informações de Lauro Linhares.

Não obstante à estratégia de ascensão à paisagem literária esteja bem marcada no Festival e no Encontro, o uso performático da literatura de Guimarães Rosa não está restrito a esses eventos. Ele pode ser reconhecido, por exemplo, integrando justificativas para a adoção de determinadas práticas, ditas localmente como “tecnologias sociais”, e, inclusive, compondo mecanismos de pesquisa, cujo método considera refazer trechos narrados por Guimarães (ver, por exemplo, BARBOSA, 2013), visando ao estudo do desenvolvimento regional e da complexidade socioespacial do sertão mineiro. Ações que aparecem em suposto isolamento acabam, então, por constituir os matizes usados para pintar o quadro da narrativa roseana e aumentar a rede de seus porta-vozes, de modo a distribuir espacial e temporalmente a estratégia no território.

### **ECONOMIA CRIATIVA: DESESTABILIZAÇÃO SORRATEIRA**

Se a paisagem literária é um dos pontos a partir do qual foi possível observar a dinâmica artístico-cultural desse contexto (incluindo o apelo ao patrimônio cultural imaterial), o discurso da economia criativa

constitui outro. Esse é o viés pelo qual ocorrem esforços de ressignificar simbolicamente o patrimônio cultural para o valor econômico. Porém observa-se uma ressignificação persuasiva, na qual, em termos de objetivos últimos, interessa menos estabelecer a vinculação entre patrimônio cultural e economia, e mais, manter uma malha de projetos artístico-culturais, socioambientais e/ou turísticos. Dessa forma, tal persuasão soma-se à narrativa literária como mecanismos desestabilizadores.

A noção mais usual de economia criativa atualmente deriva das ideias de Richard Florida. Segundo essa noção, criatividade é algo que vem de fora, que deve ser imputado a um lugar no sentido de atrair uma classe criativa e dinamizar a economia. Essa classe seria composta por empresários, gerentes, políticos e, até, pelos próprios artistas que, juntos, fariam parte de uma “*atmosfera brilhante*” (FLORIDA, 2002; GOLGHER, 2008). O local passaria a ser atrativo pela vinculação entre arte, cultura e economia, por um lado, e pela composição de espaços propícios à vida dessa classe criativa e, assim, às empresas e indústrias, por exemplo.

É verdade que, no plano acadêmico, a economia criativa tal qual foi apresentada

é bastante criticada, de tal modo que criatividade passa a ser um conceito em disputa (WAITT; GIBSON, 2013). O malogro dessa vertente no âmbito das críticas ao desenvolvimento é que dela se derivariam processos de gentrificação, ao passo que a democracia cultural estaria frequentemente posta em xeque, dada a vinculação entre economia e cultura (ILMONEN, 2011). Se arte e cultura devem se pagar, apenas as modalidades economicamente viáveis prevaleceriam. Paralelamente, criatividade, nessa lógica, é algo que deve ser trazido de fora, tal qual a classe criativa o é.

Essa é a noção que está por trás do discurso escolhido por um conjunto de organizações locais de Arinos e Chapada Gaúcha. Mais bem dizendo, as organizações locais recorrem ao discurso assentado nessa noção, não obstante, nas práticas de desenvolvimento (no plano das ações), desconectam-no de suas bases conceituais. Verifica-se, assim, que o estabelecimento de um quadro de economia criativa, tal qual foi descrito acima, está ainda no plano das impossibilidades. O correspondente local, no presente momento, poderia ser a simples vinculação entre economia e cultura, especialmente no que se refere à sustentação financeira de uma rede de artesanatos (aprox. 180 artesãs vinculadas), que ali se estabeleceu, e ao turismo. “A cultura deve se pagar”, nos disse Jovino dos Santos, um dos propositores dessa rede e reconhecido articulador local de projetos turísticos e artístico-culturais. Apesar disso, mesmo a “simples” vinculação aparece como estando muito distante, tanto no que se refere ao turismo gerando renda, quanto à viabilidade econômica do artesanato.

Considerando algumas entrevistas com artesãs locais pertencentes à rede de artesanatos em questão, percebe-se um conflito recorrente a respeito da adesão à rede ser vantajosa ou não para elas. Isto porque passa a ser necessário um esforço significativo de participação nas múltiplas reuniões que ocorrem, além do que exige delas um deslocamento cognitivo para compatibilizar seus modos locais de organização à estrutura burocrática dominante. Esse seria um dos preços para adesão à modernidade tratada por Canclini (2011). Frequentemente, no entanto, possíveis desvantagens são relativizadas. Nas palavras de uma das artesãs, “com uma coisa a gente recebe outras”, atribuindo o ganho de uma cisterna à participação cotidiana em um grupo

de artesanato. Outra artesã refletiu que muitas das artesãs ainda não sabem reconhecer que a vantagem em participar do grupo não está restrita à renda propriamente dita.

De fato, percebemos ali outras razões, que não a estritamente financeira, sustentando a continuidade dos variados grupos envolvidos com a produção artesã e sua operação em rede. Destacam-se, assim: o lidar com os maridos e com a opressão doméstica; o repensar da monotonia explicitada em relação a se viver ali; o trabalho em grupo que frequentemente relembra práticas do passado (como cantar, dançar, fiar e tecer); e o reforço identitário. Mas, as vantagens extravasam a amenização das agruras cotidianas e a reprodução do patrimônio cultural imaterial. De um modo, por meio da rede é possível que os grupos de artesãs adquiram maquinário caro, cessão de espaços físicos privilegiados (que funcionam como sedes dos grupos), acesso diferenciado à mídia e aos visitantes de fora, favores etc. De outro modo, para além da complementação da renda familiar, essas conquistas conferem diversos tipos de *status* a elas; há que se fazer parte do drama e da trama de desenvolvimento local.

Se as artesãs não são em si portadoras do discurso da economia criativa, os representantes da rede como um todo o são, assim como seus financiadores e apoiadores locais, a exemplo de alguns políticos e/ou técnicos de organizações ali atuantes. Esses representantes conseguem mobilizar uma verdadeira malha de projetos que, por sua vez, garante recursos para articular atores locais, gerar empregos, constituir redes e produzir debates e alianças. A espetacularização do patrimônio cultural imaterial é instrumento para essa negociação. E a adesão ao discurso da economia criativa (e sua divulgação local) é a justificativa para viabilizar os projetos junto a organizações financiadoras, tais como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas<sup>11</sup>, Fundação Banco do Brasil e Ministério da Integração, entre outras.

<sup>11</sup> É significativo que um representante dessa organização tenha liderado uma mesa redonda no VI Festival Sagarana cuja tônica foi o conceito de economia criativa. Nesta, Jovino dos Santos fizera uma espécie de mediação que emanava a mensagem de que, apesar do debate acalorado e das discordâncias múltiplas, “o local queria e estava de acordo com a economia criativa”.

Se nesse espaço o discurso da economia criativa está formalmente amparado por políticas públicas, que se justificam segundo um “respaldo científico” e que garantem recursos para esse fim, ocorre ali, simultaneamente, a espoliação desse discurso com finalidades outras. A espoliação é indicada a partir do distanciamento entre prática e discurso e pela assunção de que o cenário almejado está “ainda muito distante”. Nesse sentido, os motivos da adesão local a esse discurso, hegemônico, estão atrelados à produção de resultados mais imediatos que aparecem como se despregados da noção de economia criativa.

Observamos que os porta-vozes da economia criativa, em boa medida, não tomam o artesanato como sendo economicamente viável, a não ser em um futuro muito longínquo para o qual fica difícil explicitar os passos a serem dados. Considerando a rede de artesanato, fica evidente, e explicitada, a discrepância que há entre o pequeno volume de recursos arrecadados com a venda e os grandes gastos com a produção e a gestão dessa rede. A adesão ao discurso da economia criativa, assim, parece disfarçar a exigência de um mecanismo institucional permanente – uma malha de projeto sempre em renovação – que financie a rede como ela é. Ou seja, é significativo que a rede continue operando, crescendo e se institucionalizando, apesar de sua inviabilidade financeira. A adesão ao impossível para sustentar o inviável é um paradoxo central no uso estratégico do patrimônio cultural, que acaba por gerar empregos e dinamismo, por sua vez expresso em termos de circulação de pessoas, imagens e produtos. Isso compõe, diferentemente, parte da trama da construção identitária (mediada) em Arinos e Chapada Gaúcha.

## FALANDO EM TERMOS DE DESENVOLVIMENTO

Pelo exposto até aqui, observamos que a recorrência à paisagem literária e à persuasão do discurso da economia criativa constituem entes desestabilizadores de nar-

rativas convencionais de desenvolvimento que se desdobram nos municípios de Arinos e Chapada Gaúcha. Posicionamos essas desestabilizações como mecanismos criativos, “propostos” e operados por atores sociais ali atuantes. Essa percepção corrobora os apontamentos de Arce (2003) quando este resgata a crítica de que os indivíduos nem sempre são micro versões de entidades sociais mais amplas. Ao contrário, o desenvolvimento pode ser representado como resultado da ação das pessoas de modo criativo, segundo uma noção particular de criatividade, a despeito da noção aqui associada a Richard Florida.

Para Milton Santos, a autonomia dos lugares engendra a possibilidade de construir uma história das ações que seja diferente do projeto de atores hegemônicos (SANTOS, 2005, p. 163). No caso do sertão mineiro, o lugar-sertão também poderia ser o núcleo de resistência da racionalidade imposta pela nova ordem globalizada da modernização. Os eventos apresentados neste artigo celebram festas e discussões sobre cultura regional, a importância do cerrado como fonte de sustentação cultural dos habitantes e oportunidades geradoras de renda e promoção da cidadania. Além disto, o Vale do Urucuia e o Norte de Minas são reafirmados em tais ocasiões como depositários legítimos do imaginário roseano.

À guisa de tecer considerações finais, essa questão é posta aqui menos para retomar algo que já nos parece clichê – que o desenvolvimento pode ser localmente formulado – e mais para enfatizar a sutileza que há entre reproduzir as “estruturas” (e por que não as estruturas de desenvolvimento, o *mainstream*) e o reconhecimento da agência de atores locais para criar alternativas autorais e autênticas. Arce (2003) elucida bem essa questão a partir da crítica da hoje tão recorrente perspectiva das *livelihoods*<sup>12</sup>, assentada na noção de capital social. Para o autor, a perspectiva foi incorporada por agências internacionais, como o Banco Mundial, que a creem como sendo abrangente o suficiente de modo a poder expressar o universo de significados de desenvolvimento. O que Arce traz à luz é a prevalência e os limites de se legitimar processos de desenvolvimento segundo princípios de

Apesar disso, este e outros mediadores locais, em entrevista, acabaram, por assumir, de formas variadas, que a rede de artesanatos não seria economicamente viável.

<sup>12</sup> Para saber sobre os contornos dessa perspectiva, ver Ellis (2000).



racionalidade econômica e eficiência, visando à ajuda e à geração de recursos em cenários de escassez.

Se esses princípios constituem nos dias atuais tendências globais, os valores sobre os quais eles estão assentados são localmente contestados, a exemplo do caso em questão. A contestação figura como a própria proposição de contratendências – pelo deslocamento, no plano empírico, da preponderância de questões econômicas para outras, como a conformação de redes, os reforços identitários e a construção de subjetividades – e não exatamente pela manifestação explícita de protesto a algum modelo de desenvolvimento que tenta imputar significados não desejados. “*É necessário criar espaço para [legitimar] a autoexpressão humana, onde a criatividade, mais do que a reprodução [adesão ao mainstream], se torna uma noção central no que tange ao desenvolvimento social*” (ARCE, 2003, p. 855, tradução nossa).

Foi nesse sentido que identificamos ali um constante revisitar da literatura de Guimarães Rosa, mas um revisitar ativo e reflexivo pela própria incorporação estratégica da perspectiva de paisagem aos discursos. E a incorporação estratégica inclui, de outro modo, fazer a literatura ascender ao *status* de patrimônio cultural local. Mas não um patrimônio cultural apenas objetivo, e sim um que também sustenta um dispositivo pensado, de mobilização para o cultural, para o natural e para o poético. Ou seja, propostas locais atuantes e cuja inspiração parte da matriz literária de Rosa, capaz de transmitir, “iluminar” e estimular um olhar artístico para o espaço, tal como lentes para uma percepção cativante da realidade.

É nesse sentido que atores sociais locais alimentam perspectivas turísticas e de espetacularização do patrimônio cultural imaterial na região, sem que esta constitua uma estratégia única, dadas a pluralidade de discursos e a necessidade de “negociar” os vários interesses e significações. É possível, no entanto, associar tal dispositivo pensado às organizações da sociedade civil, cujo conjunto busca fazer um contraponto, não sem contradições, às estratégias dos governos municipais, por sua vez fundadas em um discurso populista e no oferecimento de elementos da cultura de massas.

A economia criativa e a paisagem literária são, assim, os principais motes discursivos

para o turismo e à espetacularização. Segundo a primeira, conseguir-se-á a atração de pessoas de fora para a visitação (econômica) da região e para a compra de produtos artesanais. A partir da segunda, justificar-se-á, no plano hipotético, o turismo, ao passo que, no plano prático, a literatura aparece como linguagem proposta e como elo entre atores que se organizam em rede segundo um discurso que tende ao “emancipatório”. De certo modo, a literatura pode também ser tomada como modo ativo de ver e dividir o mundo.

Por fim, ressalta-se que o conjunto de ações locais aqui analisado configura uma experiência de desenvolvimento que faz contraponto com *mainstream* supralocal. Mas o faz também com aquilo que poderia ser chamado de *mainstream* local, representado por uma espécie de padrão da política municipal, assentado em modelos faccionais que se valem do personalismo, dos favores (como a cessão de empregos públicos), da inauguração de obras e do uso das violências simbólica e física, como estratégia de controle do poder. Em última instância, esse padrão também reflete uma perspectiva de desenvolvimento que é, contraditoriamente, a manutenção do *status quo* impregnada do discurso da ajuda e do desenvolvimento econômico. Nas palavras de Palmeira:

O importante é que, nessas lutas moleculares, estão sendo experimentadas formas de ruptura com o modo de funcionamento da política que é tão velho quanto o Brasil oficial. Não são ataques externos, mas ataques internos às vezes muito profundos, embora sem batalhas finais, porque não há vitórias definitivas e o sucesso dessas experiências também geram problemas a serem enfrentados, mas que ajudam a descobrir caminhos novos de enfrentamento, que não têm por que continuar sendo simplesmente locais (PALMEIRA, 2006, p. 149).

## REFERÊNCIAS

- ALTO, Rômulo Monte. *O sertão brasileiro e os Andes peruanos: territórios vazios, paisagens nacionais*, 2013. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/CMS/index.asp?pasta=profs/romulo/>>. Acesso em: 05 out. 2013.
- ARCE, Alberto. Re-approaching social development: A field of action between social life and policy processes. *Journal of International Development*, v. 15, p. 845-861, 2003.

- BARBOSA, Gabriel Túlio de Oliveira. *Ser-tão Cerrado de Guimarães Rosa: espaço movimentante*. 225 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- CENTRO DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS SOCIAIS DO SERTÃO - CRESERTÃO. *Festival Sagarana 2013 - Rumo à terceira margem*, Sagarana, MG, 5-8 set. 2013. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=3q4HNvc0Y-M>>. Acesso em: 13 out. 2013.
- ELLIS, Frank. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- FLORIDA, Richard. *The Rise of the Creative Class: And How It's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*. New York: Basic Books, 2002.
- GOLGHER, André Braz. As cidades e a classe criativa no Brasil: diferenças espaciais na distribuição de indivíduos qualificados nos municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 109-129, 2008.
- ILMONEN, Kari. *The Role of Culture in Region Development Work - changes and tensions*. Ano. Disponível em: <<https://jyx.jyu.fi/dspace/bitstream/handle/123456789/22662/978-951-39-3744-7.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 dez. 2011.
- INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA - INMET. *Dados meteorológicos*, 2013. Disponível em: <<http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=estacoes/estacoesAutomaticas>>. Acesso em: 05 out. 2013.
- KA, Makeli. Território, literatura e música: intercâmbios culturais. "Roda de prosa". In: ENCONTRO DOS POVOS DO GRANDE SERTÃO VEREDAS, 12., 11-14 jul. 2013, Chapada Gaúcha, 2013.
- LONG, Norman. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007. (Colección Investigaciones).
- MINISTÉRIO DA CULTURA - MINC. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - SCDC. *Pontos de cultura*, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>>. Acesso em: 10 maio 2014.
- MULINACCI, Roberto. Um deserto cheio de lugares: topografias literárias do sertão. In: RAVETTI, Graciela; CURY, Maria Zilda Ferreira; ÁVILA, Myriam Corrêa de Araújo. *Topografias da cultura: representação, espaço e memória*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.
- PALMEIRA, Moacir. Eleição municipal, política e cidadania. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Cesar (Org.). *Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2006. p. 137-150.
- PORTO, Carlos Walter. As Minas e os Gerais - Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In: LUZ, Cláudia; DAYRELL, Carlos (Org.). *Cerrado de desenvolvimento: tradição e atualidade*. Montes Claros, MG: CAA/NM-Rede Cerrado, 2000. p. 19-45.
- ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Primeiras Estórias*. 1. ed. Rio de Janeiro: MEDIA-fashion, 2008.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- SICSÚ, João; CASTELAR, Armando (Org.). *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2009.
- WAITT, Gordon; GIBSON, Chris. The Spiral Gallery: non-market creativity and belonging in an Australian country town. *Journal of Rural Studies*, v. 30, p. 75-85, abril 2013.
- WILKINSON, John. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.